

**Os desafios pedagógicos da Escola Ribeirinha
Rio Bispo-Capitão, em Mazagão-AP, no contexto da pandemia
de Covid-19**

**The pedagogical challenges of Ribeirinha
Rio Bispo-Capitão School in Mazagão-AP in the Covid-19
pandemic context**

**Los desafíos pedagógicos de la Escuela Ribeirinha Rio Bispo-
Capitão de Mazagão-AP en el contexto de la pandemia
del Covid-19**

Benedita Antônia dos Santos de Souza

Instituto de Ensino Superior do Amapá (Iesap), Macapá, AP – Brasil

Jaqueline da Silva Gomes

Instituto de Ensino Superior do Amapá (Iesap), Macapá, AP – Brasil

Rosinelma de Oliveira Monteiro

Instituto de Ensino Superior do Amapá (Iesap), Macapá, AP – Brasil

Leandro de Freitas Pantoja (orientador)

Instituto de Ensino Superior do Amapá (Iesap), Macapá, AP – Brasil

Elivaldo Serrão Custódio

Universidade Federal do Amapá (Unifap), Macapá, AP – Brasil

Resumo

O presente estudo descreve as práticas educativas desenvolvidas na Escola Municipal de Ensino Fundamental Rio Bispo-Capitão, localizada numa comunidade ribeirinha pertencente ao município de Mazagão-AP. Objetivou-se investigar os desafios pedagógicos enfrentados por professores e estudantes ao longo do segundo semestre letivo de 2021, no contexto de emergência sanitária da pandemia de Covid-19. Trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória do tipo bibliográfica, documental e de campo. Realizaram-se também entrevistas semiestruturadas e observações empíricas em campo. Os resultados revelaram as inúmeras dificuldades de professores e alunos ante uma realidade de escassez de recursos materiais e de alternativas pedagógicas, capazes de assegurar a mínima interação dos educandos com a escola, durante o crítico período de suspensão das aulas presenciais. O estudo ainda revelou que a realidade da escola ribeirinha é, sob vários aspectos, bem diferente da escola urbana, muito embora adote um currículo e práticas pedagógicas típicas da escola urbana.

Palavras-chave: Educação ribeirinha, Ensino fundamental I, Prática educativa, Mazagão-AP

Abstract

The present study describes the educational practices developed at the Rio Bispo-Capitão Municipal Elementary School, located in a riverside community belonging to the municipality of Mazagão-AP. It aims to investigate the pedagogical challenges faced by teachers and students throughout the second

academic semester of 2021, in the context of the health emergency of the Covid-19 pandemic. This is an exploratory qualitative bibliographical, documentary and field research. Semi-structured interviews and empirical observations in the field were also carried out. The results revealed the countless difficulties faced by teachers and students in the face of a scarcity of material resources and pedagogical alternatives to ensure minimal interaction between students and school when face-to-face classes were suspended. The study also revealed that the reality of riverside schools is, in many ways, very different from urban schools, even though they adopt a curriculum and pedagogical practices typical of urban schools.

Keywords: Riverside education, Elementary school, Educational practice, Mazagão-AP

Resumen

El presente estudio describe las prácticas educativas desarrolladas en la Escuela Primaria Municipal Rio Bispo-Capitão, ubicada en una comunidad ribereña perteneciente al Municipio de Mazagão-AP. El objetivo fue investigar los desafíos pedagógicos que enfrentaron docentes y estudiantes a lo largo del segundo semestre académico de 2021 en el contexto de la emergencia sanitaria de la pandemia Covid-19. Se trata de una investigación exploratoria cualitativa, bibliográfica, documental y de campo. También se realizaron entrevistas semiestructuradas y observaciones empíricas en campo. Los resultados revelaron las innumerables dificultades que enfrentan profesores y estudiantes ante la escasez de recursos materiales y alternativas pedagógicas capaces de asegurar una mínima interacción entre los estudiantes y la escuela durante el período crítico de suspensión de las clases presenciales. El estudio también reveló que la realidad de las escuelas ribereñas es, en muchos sentidos, muy diferente de la de las escuelas urbanas, a pesar de que adoptan un currículo y prácticas pedagógicas típicas de las escuelas urbanas.

Palabras clave: Educación ribereña, Escuela Básica I, Práctica educativa, Mazagão-AP

1. Introdução

Este estudo teve origem a partir das inquietações acadêmicas surgidas no momento de elaboração do projeto de pesquisa de TCC do curso de licenciatura em pedagogia, no Instituto de Ensino Superior do Amapá – Iesap, no primeiro semestre de 2021. Naquele momento, de posse de algumas leituras teóricas e muitas reflexões sobre os efeitos deletérios da pandemia na educação escolar pública no país, decidimos que daríamos visibilidade para as experiências pedagógicas de uma escola ribeirinha, localizada no interior da Amazônia amapaense.

Foi assim que voltamos nosso interesse em conhecer os desafios pedagógicos enfrentados pelos agentes da Escola Municipal de Ensino Fundamental Rio Bispo-Capitão, da Comunidade Ribeirinha Perpétuo Socorro, pertencente ao município de Mazagão-AP. A escolha dessa escola só foi possível graças à familiaridade que tínhamos com alguns populares da região, que facilitaram contatos, indicaram boas pistas de pesquisa e franquearam o acesso a instituição escolar.

Partimos então do seguinte problema de pesquisa: Quais os desafios enfrentados pelos docentes e alunos da escola E.M.E.F. Rio Bispo-Capitão, durante a suspensão das atividades presenciais? Como se deu o processo de interação do aluno ribeirinho com a escola, tendo em vista a distância física da escola e a carência de internet e outros recursos tecnológicos? Quais estratégias a escola adotou no sentido de manter as mínimas condições de acesso, permanência e desenvolvimento do educando, durante todo o período de suspensão das atividades presenciais?

A fim de embasar teoricamente a pesquisa buscamos aporte nos estudos de autores como Almeida (2010), André (1995), Arroyo, Caldart e Molina (2004), Brandão (2007), Bacellar *et al* (2006), Oliveira (2008), Leite (1999), Hage (2005), do grupo de estudo GEPERUAZ-UFPA (2005), além de legislações e outros documentos oficiais.

Esta pesquisa é de caráter essencialmente qualitativo e exploratória, do tipo bibliográfica, documental e de campo. Metodologicamente elaboramos previamente algumas perguntas (entrevista) semiestruturadas para serem feitas com os interlocutores envolvidos diretamente com a realidade escolar, naquele momento (professores, alunos, funcionários etc.), complementadas com a observação direta do cenário social do estudo, inspirados nos procedimentos de etnografia da prática escolar (ANDRÉ, 1995).

Esse tipo de pesquisa permitiu um contato privilegiado com escola, possibilitando compreender melhor a sua organização e funcionamento num momento crítico e triste para os seus agentes escolares durante a pandemia de Covid-19. Seus sistemas de conhecimentos, atitudes, valores, crenças, modo de ver e de sentir a realidade e o mundo (ANDRÉ, 1995) foram pontos que balizaram os resultados qualitativos do trabalho.

A educação ribeirinha acontece em escolas de pequeno porte, localizadas nas áreas rurais de difícil acesso ou em lugares isolados próximos aos rios, no interior da floresta amazônica (PANTOJA; CUSTÓDIO, 2021). Sua ocorrência se dá, sobretudo, em instituições públicas (municipais e estaduais) edificadas sobre estruturas de palafitas (em madeira), nas margens dos rios e afluentes, numa estreita e orgânica relação com a biodiversidade local.

Do ponto de vista antropológico, tais lugares refletem ainda os traços da diversidade humana e social característicos da formação amazônica, observados nos diferentes grupos étnicos (negros, indígenas, europeus) que conformaram historicamente a região com a sua existência, sua cultura, seu sistema de conhecimento e saber e religiosidade ricamente sincretizados (MAUÉS, 2009). Essa dimensão antropológica ficou bastante clara em nossas andanças pela região.

O calendário escolar da escola, objeto desta pesquisa, é estruturado de acordo com o regime das águas (ciclo das marés), uma vez que isso influencia diretamente o deslocamento de alunos e professores e a organização dos horários da rotina escolar.

O tempo da natureza e o tempo da vida social se interrelacionam, exigindo da escola uma dinâmica pedagógica específica, diferenciada e bastante flexível.

Os primeiros processos educacionais locais acontecem ainda no seio familiar (socialização primária), quando a criança é orientada sobre os perigos existentes no seu meio natural de convívio (os rios e as matas), por meio da oralidade, uma marca muito forte das comunidades ribeirinhas.

Quando a criança atinge a idade escolar e começa a frequentar regularmente a escola formal, ela passa a ter contato direto com outros saberes, conhecimentos, pessoas e outras leituras de mundo e a lidar com uma rotina diferente da que estava habituada. Importa dizer que essa criança nunca chega na escola vazia de conhecimentos e experiências. Ao contrário, traz consigo um repertório rico de significados.

Por exemplo, muitas já sabem nadar e navegar pelos rios e igarapés; conhecem a pesca, caça, o extrativismo e outras práticas econômicas tradicionais; compreendem os segredos da floresta e as formas sustentáveis de

produção da vida social. Além disso, trazem para dentro do espaço escolar a religiosidade e os valores simbólicos e comunitários compartilhados.

Tudo isso, às vezes, é sistematicamente ignorado por aquele educador que, alheio e insensível ao universo sociocultural do aluno, não reconhece nessas experiências e conhecimentos o seu devido valor e sentido, esvaziando-as do currículo e da pedagogia escolar num movimento parecido com aquilo que Boaventura de Sousa Santos (1997) denominou de “epistemicídio”.

A escola ribeirinha sofre historicamente com a desigualdade de condições (LEITE, 1999). Nesse sentido, a estrutura física da E.M.E.F. Rio Bispo-Capitão se encontrava bastante combalida e limitada, dispondo a escola de materiais pedagógicos obsoletos, precários e sem qualquer relação com a perspectiva da educação do campo, como veremos nas páginas seguintes.

Além disso, a sua organização se dava na forma de classes multisseriadas, sistema que exige do profissional de educação maior dedicação e planejamento arrojado para viabilizar o ensino em várias turmas concomitantemente, na mesma classe. Segundo Freire (2005, p.196), no sistema multisseriado se “contemplam duas, três ou até quatro séries numa mesma sala de aula”.

Para Freire (2005), a qualificação dos profissionais docentes que atuam nesse modelo de escola na região ainda se caracteriza pela presença marcante de professoras leigas, evidenciando o outro lado da precarização e descaso que atravessa a existência dessas instituições.

A esse quadro, somam-se ainda os poucos recursos financeiros disponíveis para manter o funcionamento da escola, custear a alimentação dos alunos e investir na aquisição de recursos didáticos indispensáveis à rotina de sala de aula e em projetos e formação continuada. O currículo, como será demonstrado, é um elemento-chave no processo de ensino e aprendizagem e um dos pontos mais críticos da vivência educacional dos estudantes.

Como veremos, a realidade da escola ribeirinha é diferente da escola urbana. Sendo assim, não se pode admitir um currículo eminentemente urbano e descontextualizado em relação às dimensões epistemológicas e simbólicas que balizam a vida ribeirinha na Amazônia amapaense. Aliás, é importante

frisarmos que as comunidades ribeirinhas não são todas iguais na sua origem e existência, e é preciso levar em conta também tal diversidade.

Ressaltamos que a pesquisa atendeu a todos os procedimentos éticos para a sua execução, conforme a Resolução n. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e Resolução n. 510/2016 - Pesquisas nas áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Assim, o trabalho está dividido em duas seções, além da introdução e considerações finais. Na primeira seção, abordamos os aspectos históricos, geográficos e os marcos normativos da educação ribeirinha na escola pesquisada, buscando situar o leitor no mundo das águas, das palafitas e da floresta, ou seja, no contexto geral da região pesquisada.

Em seguida, descrevemos as práticas educativas desenvolvidas propriamente no interior da Escola Rio Bispo-Capitão. Naturalmente, essa escola já enfrentava problemas específicos e grandes desafios, porém, com a emergência da pandemia de Covid-19, outros dilemas vieram à tona, precarizando ainda mais o que já estava precarizado.

2. Aspectos históricos, geográficos e os marcos normativos da educação ribeirinha na escola pesquisada

A escola E.M.E.F. Rio Bispo-Capitão, de acordo com os entrevistados, não possui nenhum registro documental relacionados a sua história ou origens. No decorrer dos anos, vimos que a escola mudou de endereço duas vezes. Suspeitamos que a documentação e toda escrituração oficial da escola tenha sido perdida ou extraviada nesse processo de mudança de endereço ocorrido ao longo dos anos.

Iniciamos a pesquisa de campo, no dia 16 de setembro de 2021 (quinta-feira), ocasião em que os pesquisadores, infelizmente, não encontraram nenhum colaborador presente na escola para um primeiro contato, muito embora fosse um dia letivo normal de aula, conforme o calendário escolar.

Assim sendo, para obtenção de informações relativas à escola, recorreremos a outra pessoa que se dispôs a colaborar com o trabalho na condição de anonimato, identificado no texto como senhor B.A. A memória do senhor B.A. testemunhou a construção da primeira escola na região, época em que, segundo

ele, prestava serviço como “catraieiro escolar” (condutor de pequena embarcação), em meados do ano de 1990, ofício que exerce até os dias atuais.

Segundo relatou o senhor B.A., a primeira escola se originou às margens do Rio Irapí, no início da década de 1990. Inicialmente, em uma residência cedida por um morador da região, permaneceu no referido lugar por aproximadamente dois anos.

Após esse período, por volta do ano de 1992/1993, a escola mudou novamente de sede, passando a se estabelecer agora na região do Rio Bispo. Não se têm registros na escola ou mesmo na Secretaria Municipal de Educação de Mazagão (Semed) a respeito dessa mudança de local nessa época.

A partir daí a instituição passou a se chamar Escola Municipal de Ensino Fundamental Rio Bispo. A escola permaneceu na localidade do Rio Bispo durante oito anos, até o início dos anos 2000. Porém, devido às limitações geográficas e os desafios impostos pelas intempéries da natureza, as famílias foram obrigadas a migrar para outros lugares, transferindo seus filhos para outras escolas.

Em razão do trajeto escolar longo e dificultoso, os alunos também deixaram de frequentar regularmente a escola (comprometendo o aprendizado), pois enfrentavam mar aberto e longas horas de viagem embarcados, saindo de casa no cair da madrugada e retornando ao final do dia, no entardecer. Muitos pereciam de sono, frio e até fome, condições muito desfavoráveis à permanência do educando na escola. Na volta para casa, por volta das 16h, as crianças ficavam exaustas como consequência de uma viagem longa e extenuante. Além disso, o forte calor do verão amazônico e as “maresias bravas” frequentemente provocavam algum mal-estar na tripulação de educandos, como tonturas, náuseas, estresse e tédio.

A espera diária do ciclo natural das marés (jusante e montante) é também uma realidade que influencia o ir e vir das pessoas e a dinâmica da rotina escolar nada fácil das crianças ribeirinhas da região. Essa dura realidade enfrentada pelos educandos das escolas da Amazônia rural ribeirinha está documentada em muitas pesquisas feitas por pesquisadores da região norte que denunciaram o descaso que vem sofrendo desde sempre. Na obra *Educação do campo na Amazônia: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará* (2005),

organizada pelo pesquisador Salomão Mufarrej Hage, da Universidade Federal do Pará-Ufpa, temos uma ideia dessa realidade.

São escolas com estruturas físicas precárias, quentes, pequenas e funcionando em locais improvisados cedido por moradores, em capelas, igrejas ou salões de festa. As condições de trabalho docente também são bastante limitadas, muitos residem na própria escola por falta de alojamentos ou moradias apropriadas, às vezes, também acumulam outras funções na escola, além da formação deficitária etc.

Os elevados índices de evasão levaram a Escola Rio Bispo a ser novamente remanejada no ano de 2003, para a região do Rio Capitão, que abrange as comunidades de Santa Maria, Perpétuo Socorro, Bom Jesus e demais localidades ribeirinhas próximas.

Os documentos institucionais (aos quais não tivemos acesso) passou novamente por alteração, implicando, mais uma vez, na mudança de nomenclatura da escola. Ela passou a se chamar desde então Escola Municipal de Ensino Fundamental Rio Bispo/Capitão, localizada na comunidade do Perpétuo Socorro, às margens do rio Capitão, município de Mazagão, distante cerca de 84km da capital Macapá. A escola oferta apenas os anos iniciais do Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), por meio do sistema de turmas multisseriadas. Essa nomenclatura permanece até hoje.

Nesse sistema multisseriado pelo qual se organiza a escola, o professor trabalha, na mesma classe, com alunos com idade, níveis de conhecimentos diferentes e com diferentes grupos étnicos e várias turmas, simultaneamente (ALMEIDA, 2010, p.72). A estrutura física da escola (Figura 05) é sustentada por estruturas de palafitas – um método de construção típico das áreas ribeirinhas da Amazônia, adaptado ao regime intermitente das marés. Os espaços e dependências internos são pequenos, dificultando sobremaneira a mobilidade das crianças.

Seu calendário escolar é específico, sistematizado de acordo com as peculiaridades locais, sobretudo climáticas, que influenciam o ciclo das águas e, conseqüentemente, o deslocamento dos alunos, funcionários e toda a vida social local. Aspecto que se mostra coerente com o que dispõem o §2º do artigo 23 da

Lei nº 9.394/1996 – LDB, sobre os critérios de elaboração do calendário das escolas brasileiras, do campo e da cidade.

Figura 1 - Escola Rio Bispo-Capitão em 2021



Fonte: Os autores, em 17 de setembro de 2021.

Ademais, ao longo de sua trajetória, a escola enfrentou momentos difíceis, comprometendo o acesso e a permanência das crianças que lá estudavam e buscavam formação. Mas, com a mobilização dos moradores e o apoio de comunidades vizinhas e seus representantes e agentes políticos, foi possível contornar tais dificuldades em favor dos interesses dos estudantes.

Sobre o marco inicial da educação escolar ribeirinha na região, o senhor B.A, um morador pioneiro da região e transportador escolar, narrou, com sensível honestidade e humildade, a seguinte história:

Bom, essa escola começou no Rio Irapi, daí, com uns dois anos, passou para o Rio Bispo. Lá ensinava o Mobralⁱ, aí pelo (sic) uma briga que eu tive muito grande com o representante da comunidade, onde era a escola, comecei lutar pra trazer a escola pro Rio Capitão. Saí do Bispo e vim pra cá; aí a briga já foi minha... porque eu tinha que pegar os alunos daqui e levar pra lá, aonde chegou até alunos desmaiar dentro da lancha. Eu andava com 27 a 28 alunos dentro da lancha; eu saía daqui quatro horas da madrugada, vinha chegar por volta das três horas da tarde. Não tinha como eu chegar antes, a gente trabalhava muito sufocado; muita das vezes, saía no rio e quebrava a palheta do motor e eu ficava

ⁱ MOBREAL. Movimento Brasileiro de Alfabetização foi criado como fundação em dezembro de 1967, pela Lei nº 5.379. Vinculado ao Ministério da Educação, ele tinha por objetivo ocupar os espaços de alfabetização e educação de adultos anteriormente preenchidos por programas ligados aos movimentos sociais ou ao governo derrubado em 1964. Organizava-se nos níveis federal, estadual e municipal, através de comissões mobilizadoras que viabilizavam os recursos necessários, inclusive a mão de obra, e buscavam o público a ser alfabetizado (REPUBLICANO, 2019).

no rio de bubuia (sic) [gíria que significa ficar à deriva, parado] com essas crianças; aí eu achei conveniente puxar essa escola pra cá pro Capitão, onde tinha os alunos, porque lá não tinha alunos, nem no Bispo; e tinha um pouco no Irapi, mas, se não tem no Bispo bora parar no Bispo!; é aí meter a cara, mas com muita dificuldade mesmo, eu reuni os pais todinhos e falei: vocês querem que aconteça? Vocês não podem mandar os filhos de vocês pra escola! Aí aconteceu, aí eles disseram se o Benonias não deixa as crianças ir pra escola, ele vai ser preso. Vamos mandar prender ele? Eu disse, eu me responsabilizo eu vou pra cadeia, mas eu quero a melhoria pra todinhos os alunos, porque nesse tempo assim ninguém enxergava a gente; eles enxergavam o Rui lá no Bispo, o João de Souza lá no Cajari, só os patrões, aí essas pessoas chegavam e diziam, eu quero assim a escola na casa, é as comunidades pequenas eles não enxergavam, não tinham voz. (B.A, 2021)

Diante do relato do senhor B.A, é notório que ele desempenhava um papel social de extrema importância dentro das comunidades. Vale ressaltar que ele exerce (e continua exercendo até os dias atuais) a atividade de catraieiro, a arte de navegar em embarcações de pequeno e médio porte pelos rios da região. É um sujeito instruído e politicamente consciente dos seus direitos e deveres como cidadão. Pelo que podemos notar em sua fala e postura, o senhor B.A se mostra um sujeito atuante e com consciência social, por se dedicar e lutar há tanto tempo por uma educação do campo digna e socialmente transformadora na vida das crianças ribeirinhas de sua comunidade.

Nos diálogos que tivemos, ele demonstrou ter muita responsabilidade com o que faz, transportando as crianças com segurança pelos rios até suas casas, num itinerário fluvial longo e demasiadamente perigoso e arriscado, mesmo para quem já está habituado como ele. Eis um dos motivos que levaram, segundo ele, à mudança da escola: a distância e a periculosidade das mareas dos rios.

A escola, que nasce e se desenvolve nas margens dos rios do município de Mazagão, ocupa um papel de extrema relevância na construção social das famílias ribeirinhas que vivem às margens dos diversos rios, furos, igarapés e da floresta. Elas retiram desse meio os recursos naturais indispensáveis à sobrevivência humana cotidiana, com muito trabalho e dedicação, como o pescado e o açaí, alimentos típicos da dieta cabocla.

Nesse sentido, a escola ribeirinha amapaense, ou seja, embora de difícil acesso e erguida sob as águas dos rios amazônicos, deve cumprir com a sua concepção pedagógica, social e política. Dessa forma, observa-se que a

educação do campo possui finalidades próprias, entre as quais, oferecer uma educação escolar específica e interseccionada com produção da vida social, do conhecimento e da cultura do seu lugar.

Desse modo, não se pode ofertar uma educação paliativa, improvisada e descompromissada com os modos ontológicos de ser e viver e as sociabilidades próprias das populações ribeirinhas da Amazônia amapaense. Faz-se oportuno colocar em prática a plena efetivação das políticas públicas já existentes, buscando atingir o pleno desenvolvimento do educando das escolas do campo da região.

Nesse sentido, é mister que essas políticas públicas sejam constantemente aprimoradas, ampliadas e avaliadas, a exemplo do que já está preconizado no Plano Estadual de Educação do Amapá - PEE/AP, aprovado em 2015, e no Referencial Curricular Amapaense. O senhor B.A ainda relata que:

Chegou à gestão do Marmitão (prefeito de Mazagão José Carlos Corrêa de Carvalho no ano 2016), e ele disse eu vou te apoiar, mas se acontecer isso assim, assim, assim. Aí ele me disse, tu tens coragem de fazer a escola? Eu disse tenho, ele me disse te pago pronto, por conta disso, eu fui chamado na secretaria de Mazagão e até no Conselho Tutelar, por acharem que eu estava prejudicando os alunos, sendo que os pais já tinham entrado em acordo com a mudança da escola. Aí, eu cheguei lá, já estava os comentários dos poderosos que eram os donos; aí eu cheguei lá, me apresentei e eles perguntaram, por que você fez isso? Aí eu fui contar a história, eu disse aconteceu isso, isso e isso..., desmaiava crianças na minha embarcação, e eu não dou conta de manter essas crianças nessa distância aqui. Vocês não vão lá olhar, vocês sequer querem (sic) ouvir os cara que não têm nem um filho na escola, sequer (sic) ter o poder, sequer (sic) dizer que ele é o dono, mas que não quer fazer nada, só porque ele tem uma casa alugada pra prefeitura, ele quer manter aquela casa lá e quer que as crianças morra, aí eu perdi a paciência..., eu arrasei lá com eles!, as pessoas disseram que não era pra mim me estressar que eles iam resolver, aí mandaram um rapaz aqui, ele veio como se tivesse vindo passear; ninguém conhecia ele a não ser eu, aí levei eles pra fazer todo o trajeto que eu fazia com os alunos aí ele voltou pra Mazagão e disse, é vai ter que ter uma escola, agora eu vou ter que ter o apoio de todos os pais, aí eu preparei um documento pedi para os pais assinar e levei em Mazagão na secretaria. Só que o cara bateu de ponta, ele não queria que a escola mudasse pra cá, pro Rio Capitão; eu briguei de novo, tornei reunir os pais, fizemos outro baixa-assinado e levei em Mazagão. Aí, o professor veio, e eu disse ele vai por minha conta tenho uma casa lá no Capitão, vão dá aula lá no Capitão porque é lá que tem aluno, era pro professor ir dá aula lá na escola, mas ele não foi. O trajeto era longo, aí o professor veio pra cá, eu ceder a igreja para dá aula. Isso deu um problema seríssimo, porque o prefeito dessa época era de acordo com os caras (amigos dos representantes da comunidade) lá sabe, e eu não tinha espaço pra isso aí; mas graças a Deus, o próximo prefeito que veio e ganhou a eleição, ficou do meu lado, cortou as asas do cara todinho; aí nós construímos a escola, mas, ela ficou sempre correspondida como escola do rio Bispo, ela ficou com essa concessão, onde ela residia já se acabou tudo. (B.A, 2021)

Nesse sentido, está evidente que, no meio do caminho do direito à escola dos educandos das comunidades dos rios Bispo-Capitão, estavam em jogo possíveis interesses pessoais e disputas políticas de poder e interesses locais. Tal fato nos permite aventar a hipótese de que a precariedade das condições pedagógicas e estruturais da escola em tela é, em alguma medida, produto desse descaso deliberado dos dirigentes e gestores diretamente envolvidos com o funcionamento da instituição escolar ao longo dos anos.

O acesso à região dos rios Irapí, Bispo e Capitão, (demonstrados nos pontos em vermelho no mapa abaixo), localizados a 84 km da capital Macapá, se dá somente por via fluvial, e a duração de viagem, a depender do tipo e porte da embarcação, é de seis horas de catraia e duas horas e meia de voadeira/lancha.

A proximidade da sede dos municípios de Mazagão e Santana, possibilita o intercâmbio comercial de artesanatos produzidos pelas mulheres artesãs, bem como peixes e outros produtos comerciáveis extraídos dos rios da região. Essas atividades que asseguram uma renda complementar às famílias, sobretudo no período de maior escassez de determinados gêneros de consumo, como o pescado na época do “defeso” (tempo de reprodução natural das espécies), quando a pesca é proibida por lei.

Evocamos as histórias que o senhor B.A. contara sobre as dificuldades de acesso dos trabalhadores catraieiros para transportar as crianças, professores, mantimentos (alimentação escolar) e outros materiais e insumos básicos necessários ao expediente escolar pelas águas da região. Isso revela os desafios típicos do fazer-se da educação ribeirinha na Amazônia amapaense, onde o rio, a canoa e floresta são elementos orgânicos na vida e na organização espacial e cultural dos povos das águas.

Desde sua criação, a escola passou por duas mudanças de endereços entre os referidos rios ao longo dos anos. No curso da pesquisa de campo, notamos que o rio Bispo é muito distante dos rios Irapí e Capitão, sendo a região do rio Bispo caracterizada por chover bastante, lugar onde os furos navegáveis são muito estreitos, fatores que contribuíram para a migração das famílias para outras comunidades e o conseqüente remanejamento da escola.

Esse grupo social lida cotidianamente com os desafios de construção de uma escola que reflita a vida da comunidade em suas múltiplas faces. Seus saberes são construídos e reconstruídos cotidianamente na interação direta com outros indivíduos de comunidades diferentes e com a natureza que é símbolo de liberdade e vida. São saberes, fazeres, práticas materiais e simbólicas que conformam o território da identidade ribeirinha: tradições religiosas e comunitárias, relações de trabalho, formas de viver e morar, hábitos de comer e produção de alimentos e festejos.

Cada rio tem sua especificidade, as comunidades ribeirinhas apresentam denominações diferentes (evangélicas e católicas), sendo importantes elos de coesão cultural, social, política e econômica. Apesar de as comunidades terem múltiplas faces como citadas anteriormente, é possível destacar outros aspectos que as diferenciam: algumas apresentam um número populacional maior e certo dinamismo econômico (comércio) em relação a outras localidades.

As moradias são diversificadas, as casas variam de acordo com as condições financeiras de seus moradores, resultado de um desenvolvimento socioeconômico igualmente diferente entre elas. São “os elementos simbólicos que fazem parte da identidade ribeirinha e que a diferenciam, principalmente da cultura urbana” (ALMEIDA, 2010, p.88).

3. Práticas educativas na Escola Rio Bispo-Capitão

O espaço escolar é muito importante para o desenvolvimento e aprendizagem da criança. Tanto o espaço estrutural, quanto os aspectos pedagógicos têm grande relevância no processo do ensino e aprendizagem. De acordo com Lopes (2019), o ambiente escolar está ligado às propostas pedagógicas da escola e permite que esse arranjo espacial auxilie o desenvolvimento cognitivo e motor da criança, além de desenvolver o imaginário e o subjetivo.

Diante desse contexto, apresenta-se a descrição dos aspectos físicos e pedagógico-educativos da escola E.M.E.F. Rio Bispo-Capitão, no segundo semestre do ano letivo de 2021.

O pequeno ambiente revestido de madeiras e com pouca luminosidade é uma sala de aula (Figura 2). Esse espaço é compartilhado com outras crianças de séries e idades diferentes, vindas de localidades próximas. O aspecto rústico

do piso e das paredes de madeira da sala, contrasta com o colorido das atividades de pintura dos alunos coladas e dispostas nas salas e corredores da escola. A ausência de pintura nas paredes, revestimento no teto e em outras partes evidenciam reparos paliativos sem capricho, feito no improviso e de forma grosseira, deixando o ambiente com um aspecto pouco estimulante aos estudos.

Figura 2 - Sala de aula da Escola Rio Bispo-Capitão



Fonte: Os autores, 2021.

A biblioteca da escola (Figura 3) dispõe de poucos materiais didáticos como fontes de pesquisas. Trata-se, na verdade, de mais um ambiente improvisado, pouco atrativo e em péssimas condições de uso. Nas imagens abaixo, vemos todo o acervo disponível na biblioteca, alguns poucos livros didáticos e outros recursos didáticos. Não há também mobiliário adequado, e a umidade do ambiente, pouco arejado, diminui mais rapidamente a vida útil do livro.

Lopes (2019) observa a importância de acomodações apropriadas, do colorido e do mobiliário adequado ao ambiente escolar. Chama atenção para adequação dos materiais pedagógicos de acordo com a idade do aluno e enfatiza que as crianças aprendem na relação com o espaço. Na escola Rio Bispo-Capitão, o espaço físico escolar está bem longe do ideal para um bom ensino.

A observação dos aspectos físicos da escola revelam espaços internos pequenos, distribuídos em cinco cômodos, sendo duas salas de aula (uma

destinada a servir de alojamento improvisado para a professora, ou seja, a docente mora, literalmente, dentro da escola), biblioteca, cozinha, varanda (área de lazer e refeitório das crianças).

Figura 3 - Biblioteca da escola Bispo-/Capitão



Fonte: Os autores, 2021.

A cozinha da escola (Figura 4) atende às necessidades de alunos e professores no dia a dia. É bem simples e pouco organizada. Em nossas observações, notamos que esse ambiente carece de armários novos para melhor acomodar as panelas e outros utensílios da cozinha, já que ficam expostos à ação de insetos e bichos. Esse lugar precisa de mais atenção, pois é onde se armazena e se prepara a alimentação das crianças, por isso, precisa ser limpo, bem arejado e controlado.

Figura 4 - Cozinha da escola, ao fundo o “giral”



Fonte: Os autores, em 2021.

A escola tenta oferecer, dentro de suas condições e limitações, água potável para os alunos. Para tanto, adquiriu alguns recipientes (garrafão d'água mineral, baldes e cubas) para armazenamento de água, como mostra a figura abaixo. Aliás, água mineral é um recurso muito escasso para a maioria das famílias da região. A baixa qualidade da água consumida pelas famílias expõe as crianças a todo risco de doenças, comprometendo a saúde. Mesmo com acesso à água potável na escola, nem sempre ela está refrigerada, uma vez que o fornecimento de energia elétrica na região não é de qualidade. Algumas moradias dispunham de energia por meio de sistema solar próprio.

Figura 5 - Recipiente de armazenamento da água potável para o consumo as crianças



Fonte: Os autores, 2021.

Ressalta-se a importância do professor dentro da escola Rio Bispo/Capitão. Ele assume outras responsabilidades como de gestão, coordenação e secretário, ajudando, às vezes, no serviço da cozinha, ou seja, é uma pessoa multitarefas.

Não é possível exigir compromisso exclusivo desse profissional com o trabalho docente, o que compromete largamente a qualidade da formação das crianças. Afirmamos que essa situação implica na precarização estrutural da escola ribeirinha multisseriada. Na medida em que o professor assume múltiplas tarefas, não é justo culpabilizá-lo por todo o fracasso escolar. Ele é apenas a face mais visível desse fracasso.

É uma situação complexa, que envolve uma gama de questões e irresponsabilidades. Por outro lado, esse é um fator que corrobora a carência grande de profissionais qualificados nessas escolas. Poucos aceitam se sujeitar a condições de trabalho tão precárias. As demandas de documentação (declaração, transferência, históricos) ficam a cargo da Secretaria de Educação de Mazagão, já que não há secretários escolar.

Com relação ao quadro administrativo, nota-se a absurda carência de profissionais. A figura abaixo mostra o triste quadro na escola. Apenas dois profissionais. Isso foi comprovado em nossas observações.

Figura 7 - Quadro de funcionários da Escola Rio Bispo-Capitão

Área de atuação	Número de funcionários
Administrativos	0
Serviços gerais	0
Bibliotecário	0
Assistência a saúde	0
Coordenadores	0
Fonoaudiólogos	0
Nutricionistas	1
Psicólogos	0
Alimentação	0
Pedagogia	1
Secretário escolar	0

Fonte: Escola Censo (2020),
disponível em: <https://www.escol.as/28977-escola-municipal-rio-bispo>

A E.M.E.F. Rio Bispo-Capitão oferece apenas as séries iniciais do Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), através do sistema de turmas multisseriada, possuindo, atualmente, o quantitativo de 26 educandos.

Ao observar na prática os desafios enfrentados no âmbito dessa escola ribeirinha multisseriada, notamos que, embora esse modelo de educação tenha sofrido mudanças (Escola Ativa, por exemplo) ao longo do tempo, há de se considerar que persiste ainda uma defasagem muito grande na qualidade da educação ofertada, sobretudo quando comparada com as escolas urbanas (LEITE, 1999; MOLINA; HAGE, 2011).

[...] realidade da educação ribeirinha é identificada algumas das dificuldades enfrentadas por alunos e professores, fica evidente que atuar nesse contexto se torna um desafio que é vivenciado diariamente por professores que fazem a educação acontecer nas margens dos rios, lagos, furos e igarapés. O desafio é ensinar e aprender em um espaço no qual o rio e a floresta são as bases da economia, da cultura e do lazer. Neste local em que os sujeitos possuem suas próprias maneiras de olhar e de se conectar com o tempo, o rio, a terra, a mata, os animais, os modos de organizar a família, o trabalho, seus próprios modos de ser crianças, adolescente, mulher, homem, adulto ou idoso. (ALMEIDA, 2010, p.22)

Destacando outros desafios enfrentados pelo professor, observa-se que há desqualificação docente para trabalhar com os educandos que apresentam níveis de aprendizagem e escolaridade diferentes. As condições precárias da infraestrutura da escola (algumas casas são alugadas pela prefeitura para servir como escola adaptada), a carência de um alojamento adequado e habitável para acomodar o professor, recursos didáticos, assessoramento pedagógico, além do trajeto que o professor enfrenta em meio aos fenômenos naturais para chegar até a escola e a baixa remuneração. É importante frisar que a educação é a chave do desenvolvimento emocional, social e cognitivo do educando, e isso deve ser garantido independente do contexto em que a escola se situa.

3.1 Projeto Político Pedagógico (PPP), currículo, planejamento escolar e avaliação

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento necessário que norteia e orienta as práticas educacionais. Ele vem orientar e estabelecer os objetivos e as estratégias do trabalho escolar. A escola pesquisada,

infelizmente, não possui PPP, porém, elaboraram um Plano de Ação destinado a nortear as práticas pedagógicas do ano letivo de 2021.

Como justificativa, fomos informados de que o PPP está em processo de construção, muito embora a escola não tenha apresentado qualquer documento que comprovasse esse trabalho. Será implementado na Escola Municipal Rio Ariramba – Mazagão – AP, dando suporte para as demais escolas das comunidades.

Para discutir o currículo da educação ribeirinha/campo, torna-se necessário questionar diversos fatores que influenciam sistematicamente a forma de organização do espaço escolar. É relevante, nesse sentido, indagar o modelo de educação atual, ou seja, questionar a forma como a escola tem conduzido suas atividades pedagógicas, bem como o contexto social em que está inserida e quais das suas peculiaridades têm adentrado o currículo e o saber escolar.

A escola em questão está alinhada com o Referencial Curricular Amapaense – RCA, aprovado pela Resolução n. 15/2019, pelo Conselho Estadual de Educação do Amapá, dentro da modalidade da Educação do Campo. Nesse sentido, esse documento expressa que:

O modo próprio de vida social da população do campo; a identidade da escola do campo definida em sua vinculação com a realidade, com os saberes dos estudantes, com a memória coletiva da comunidade e com as reivindicações das Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Amapá 443 movimentos sociais em defesa da qualidade de vida dos povos do campo. (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO AMAPÁ, 2019, p. 31)

Fica evidente a importância da educação do campo como direito à educação para todos que vivem nesse meio sociocultural. Assim, deve-se operar mudanças no agora e no amanhã, por meio do conhecimento e da valorização da identidade dos sujeitos heterogêneos do campo: “a escola tem que se preocupar com o direito ao saber e ao conhecimento” (ARROYO, CALDART; MOLINA, 2004, p. 81).

Temos uma longa história que sempre defendeu que os saberes que a escola rural deve transmitir devem ser poucos e úteis para mexer com a enxada, ordenhar a vaca, plantar, colher, levar para a feira... Aprender apenas os conhecimentos necessários para sobreviver e até para modernizar um pouco a produção, introduzir novas tecnologias, sementes, adubos etc. Essa visão utilitarista sempre justificou a escola rural pobre, os conteúdos primaríssimos, a escolinha das primeiras vidas. (ARROYO, CALDART; MOLINA, 2018, p. 82)

O planejamento escolar é um instrumento fundamental para o professor e a equipe pedagógica organizarem o processo de ensino e aprendizagem, bem como reavaliarem as ações e resultados obtidos, sejam positivos ou negativos.

Os conteúdos de ensino devem dialogar com os saberes experimental e saberes adquiridos pelas experiências cotidianas. O docente das escolas ribeirinhas ao planejar e desenvolver suas práticas pedagógicas, no contexto multisseriado, necessitam valorizar discursos, objetivos e conteúdos oriundos da realidade ribeirinha, trazendo as escolas e incluindo nos currículos, desse modo contribui no processo de formação desse indivíduo. (ALMEIDA, 2010, p. 28)

O plano de aula é um modelo padrão que está disponibilizado na Secretaria Municipal de Mazagão. Quando em mãos, o docente faz os ajustes necessários, contemplando todas as competências e habilidades de acordo com a Base Nacional Comum Curricular e o Referencial Curricular Amapaense.

Outro documento padronizado para o planejamento educacional da E.M.E.F. Rio Bispo-Capitão é a Proposta Curricular. Ressalta-se que cabe ao professor fazer as modificações necessárias, de acordo com as necessidades do educando de sua escola. Percebe-se que os planejamentos apresentados não dialogam (ano de 2018) com a dimensão cultural do mundo ribeirinho, nem com os pressupostos da educação do campo.

Destaca-se que o professor, ao elaborar seu plano, necessita levar em conta a realidade em que a escola está inserida, como demonstrado nas seções anteriores deste trabalho, a comunidade onde a escola se insere tem toda uma vivência e dinâmica social, econômica, cultural e política. Ele deve ter autonomia e flexibilidade, pois a escola está em constante movimento, sofrendo modificações e influências. Desse modo consegue-se diagnosticar se a metodologia está alcançando seus objetivos.

Ao planejar as aulas para turma multisseriada, o professor procura romper com o paradigma da seriação e lança um olhar para a turma na sua totalidade, sem dividi-la ou compartimentá-la, e, desta forma, valoriza a heterogeneidade através do diálogo entre os educandos por meio da troca de conhecimento e experiência. (ALMEIDA, 2010, p. 129)

Os instrumentos de avaliação mais usados na E.M.E.F. Rio Bispo-Capitão são provas escritas, e a correção das atividades é realizada ao longo do bimestre. No processo de avaliação dos diversos graus de ensino, as notas e conceitos são decisivos para a continuidade dos estudos e avaliação das

habilidades e competências. Essa é a sistemática de avaliação adotada nesta escola multisseriada.

3.2 Organização escolar durante a pandemia de Covid-19

Nesse período de pandemia e de suspensão das aulas presenciais, os alunos da escola Rio Bispo/Capitão receberam atividades impressas e organizadas individualmente num caderno de estudo. Estabeleceu-se um prazo para a devolução dessas atividades, para que o professor pudesse realizar as devidas correções e avaliar o aprendizado.

Com a publicação do Decreto nº 311, de 01 de outubro de 2021, que estabeleceu a retomada, de forma híbrida, gradual e responsável, as aulas e demais atividades, houve muita dificuldade para a escola retomar as suas atividades.

O sistema de ensino híbrido, estabelecido pelo Decreto nº 311/2021, não pôde ser colocado em prática na escola, já que os alunos não tinham acesso à internet e computador ou celular com rede móvel de acesso à internet. Nesse sentido, as atividades seguiram se dando por meio da entrega de cadernos de estudos com várias atividades impressas. Os catraieiros ficaram responsáveis por deslocar os professores pelos rios com as atividades até a casa dos alunos.

Essa ação acontecia duas vezes ao mês. Depois da entrega dos cadernos de atividades, o professor ficava um dia à disposição dos alunos na escola para orientar, dirimir dúvidas e receber atividades para correção e avaliação (devolutiva dessas atividades no plantão pedagógico).

Nesse sistema, observamos a dificuldade do educando de absorver o máximo de conteúdo e conhecimento, pois são entregues dois cadernos em um mês para estudos em casa. Muitos alunos dependem de algum parente ou familiar para ajudar na resolução das atividades. Porém, vimos que a maioria dos pais e responsáveis dos alunos são analfabetos, o que inviabiliza o acompanhamento familiar nas tarefas escolares.

Essa dinâmica de aula durante a pandemia desenvolvida na Escola Rio Bispo-Capitão foi a forma que a escola encontrou para garantir a interação pedagógica com seus alunos. De fato, pode não ter sido a melhor escolha, mas foi a que estava ao alcance das condições da escola e do professor naquele momento.

Por fim, algumas problemáticas como a de infraestrutura que não estava adequada e sem a frequência presencial dos alunos, a escola sofreu com a deterioração do seu espaço físico, não conta mais com a lousa e as carteiras são poucas. O material didático (livros e outros recursos educativos) foram perdidos ou danificados.

4. Considerações finais

Este estudo teve como objetivo investigar as práticas educativas, assim como conhecer os desafios pedagógicos que a escola E.M.E.F. Rio Bispo-Capitão da comunidade Perpétuo Socorro enfrenta e os entraves para o desenvolvimento de estratégias mais eficientes de ensino e aprendizagem.

Por meio desta pesquisa, pode-se dizer que a realidade da escola ribeirinha é diferente da escola urbana e, portanto, não se pode aderir ao currículo urbano na esfera ribeirinha, mesmo porque os grupos sociais são marcados por diferentes realidades.

O currículo escolar tem que se adequar à realidade de mundo em que a escola está situada, precisa estar ligado continuamente com a vivência. As considerações apresentadas neste texto evocam mais atenção para o currículo ribeirinho que envolvam saberes teóricos e práticos construídos a partir de experiências diversas de sujeitos ribeirinhos, envolvidos ou não no cotidiano escolar.

Os desafios enfrentados pelo professor são inúmeros, desde o deslocamento para as comunidades, distantes do meio urbano, o transporte disponível é somente por pequenas embarcações e, em alguns pontos, só é possível o deslocamento com “Rabetas” (um pequeno bote com motor para se deslocar em áreas mais estreitas pela sua praticidade), enfrentando travessias de baía e maresias para chegar ao local de trabalho, depois de longas horas de viagem.

Algumas escolas não têm condições pedagógicas para desenvolver as práticas educativas, tornando a educação ainda mais precária. Algumas já não têm infraestrutura para conduzir as aulas, pois os recursos didáticos já se encontram deteriorados e inutilizáveis.

As ponderações realizadas sobre a temática sugestionada neste artigo se configuram como contribuições que visam a despertar o interesse de

professores, técnicos escolares, gestores e outros sujeitos, para políticas curriculares para a educação ribeirinha.

O sentido que foi impresso neste trabalho se reflete na busca pela construção de uma educação em uma determinada realidade que busca valorizar e incluir os sujeitos para o desenvolvimento de uma educação de qualidade.

Resta dizer que esta investigação não tem a pretensão de encerrar a discussão acerca de construir um currículo ribeirinho, mas somar às pesquisas nessa área e deixar uma contribuição em nível acadêmico aos que pretendem enveredar por essa linha de pensamento, análise e aprofundamento intelectual.

Referências bibliográficas

- AMAPÁ. Conselho Estadual de Educação. *Referencial Curricular Amapaense: Educação Infantil e Ensino Fundamental*. RCA: Resolução n. 15/ 2019. Macapá: Conselho Estadual de Educação, 2019.
- ANDRÉ, M. E. D. A. de. *Etnografia da prática escolar*. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- ALMEIDA, E.M.M. (Org.). *Pesquisa em educação na Amazônia*. São Paulo: Oikos, 2010.
- ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BACELLAR, A. A. et al. Geração de renda na cadeia produtiva do açaí em projeto de abastecimento de energia elétrica em comunidades isoladas no município de Manacapuru-Am. In: ENCONTRO DE ENERGIA NO MEIO RURAL, 6. 2006, Campinas. *Anais eletrônicos...* Manaus: Ufam, 2006.
- BRANDÃO, C. R. *O que é educação*. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/22890196/O_que_%C3%A9_Educa%C3%A7%C3%A3o_Carlos_Rodrigues_Brand%C3%A3o. Acesso em: 10 dez. 2021.
- ESCOL. AS. Censo. *Escola Municipal Rio Bispo2020*. Disponível em: <https://www.escol.as/28977-escola-municipal-rio-bispo>. Acesso em: 17 nov. 2021.
- FREIRE, J. C. da S. Currículo e docência em classes multisseriadas na Amazônia paraense: o projeto escola ativa em foco. In: HAGE, S. M. (Org.). *Educação do campo na Amazônia: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará*. Belém: Gutemberg, 2005. p. 196-211.

- GEPERUAZ. *Relatório conclusivo da pesquisa. Classes Multisseriadas: desafios da educação rural no Estado do Pará/ Região Amazônica*. Belém: CNPq., 2004.
- HAGE, S. M. (Org.). *Educação do campo na Amazônia: retratos de realidades das escolas multisseriadas no Pará*. Belém: Gutemberg, 2005.
- LEITE, S. C. *Escola rural: urbanização e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1999.
- LIBÂNEO, J. C. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.
- LOPES, G. *O espaço físico escolar influencia no processo de aprendizagem*. AWL Engenharia, 2019. Disponível em: <https://www.awlengenharia.com>. Acesso em: 10 dez. 2021.
- MAUÉS, R. H. Um aspecto da diversidade cultural do caboclo amazônico: a religião. In: VIEIRA, I. C. G. et al.(Org.). *Diversidade biológica e cultural da Amazônia*. 2. ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2009. Vol. 1. p. 253-272.
- MOLINA, M. C.; FREITAS, H. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. *Em Aberto*, v. 24, p. 17-31, 2011.
- OLIVEIRA, I. A. (Org.). *Cartografias ribeirinhas: saberes e representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizados amazônicas*. 2. ed. Belém-Pará: EDUEPA, 2008.
- OLIVEIRA, E. dos S. *Devoção, tambor e canto: um estudo etnolinguístico da tradição oral de Mazagão Velho*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.
- PANTOJA, L. de F.; CUSTÓDIO, E. S. Educação do campo e seus reflexos no contexto amapaense. *Revista da FAEBA - Educação e Contemporaneidade*, v. 30, n. 64, p. 286–303, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/9347>. Acesso em: 21 out. 2023.
- REPUBLICANO. Portal Estudos do Brasil. *Mobral*. 2019. Disponível em: <http://querepublicaessa.an.gov.br/temas/66-filme/191-mobral.html>. Acesso em: 15 nov. 2021.
- SANTOS, B. de S. *Pela mão de Alice. O social e o político na transição pós-moderna*. São Paulo: Cortez, 1997.